

FHC prevê novo 'milagre econômico' em 2001

Wilton Junior/AE

Presidente avalia que PIB crescerá 4,5% e diz que taxa é comparável à média dos anos 70

PORTO REAL – O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que o crescimento econômico do País este ano deverá ser equivalente à evolução média do Produto Interno Bruto (PIB) nos anos 70. Ele avaliou que o PIB crescerá 4,5%, mas ressaltou que, nas condições atuais, essa taxa corresponde à média da época do “milagre econômico”, de 6% a 7% anuais. “Esse crescimento ocorreu a despeito de uma conjuntura desfavorável, com a queda forte na cotação das commodities, a crise do petróleo e as dificuldades por que passou a Argentina.”

Seu argumento baseia-se na diferença da taxa anual de crescimento demográfico, que era de 3% nos anos 70 e hoje é de 1,3%. “No conceito de PIB está incluído um artifício de cálculo do setor de serviços, que é a variável da taxa de crescimento demográfico. Quando essa taxa é menor, a proporção da taxa de crescimento do PIB também é menor”, explicou, durante a inauguração da fábrica de automóveis da PSA Peugeot-Citroën, em Porto Real, no sul do Rio. “Quando se fala em crescimento de 4,5%, está-se falando na realidade de algo equiparável às taxas de crescimento em torno de 6%, 7%, quando a população crescia a 3%.”

Lei Fiscal – No discurso, Fernando Henrique também defendeu a Lei de Responsabilidade Fiscal, dizendo que é essencial para a retomada do crescimento. “Estou certo de que as vozes que ainda se erguem contra a Lei Fiscal terminarão por reconhecer seu mérito, sob pena de faltarem seus eleitores, que não mais toleram administrações perdulárias”, disse. “Os eleitores sabem que a dívida pública controlada significa menos pressão sobre os juros e, por conseguinte, mais investimentos e empregos. Essa foi a tendência de 2000 e será em 2001 e 2002.” Recentemente, o PT defendeu mudanças na lei. E o líder tucano na Câmara, Aécio Neves (MG), prometeu amenizá-la, se for eleito presidente da Casa.

Fernando Henrique elogiou a Peugeot-Citroën, que, para ele, deu exemplo de “inequívoca confiança nos rumos do Brasil”. Ele vinculou o investimento de US\$ 600 milhões na construção da fábrica à retomada do crescimento econômico. “Ela (a retomada) só foi possível graças à solidez da nossa economia, que hoje conta com uma moeda estável e uma dívida pública sob controle.”

Depois da solenidade, o presidente foi para o Rio, onde hantou na casa do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouveia Vieira. Hoje à tarde, ele se encontra com o governador licenciado de São Paulo, Mário Covas.

Divergência – Especialistas ouvidos pelo Estado divergem da avaliação de Fernando Henrique. Um técnico do governo, especializado em cálculo do PIB, acha que a influência do crescimento demográfico é pequena e a projeção de 4,5% para 7% seria exagerada. “A participação das contas do governo no PIB é de 15% e a parte influenciada pelo crescimento demográfico não ultrapassa 10%”, disse.

“Não vejo relação que possa levar o PIB a ser maior porque a população cresce mais”, afirmou o ex-diretor do Banco Central Carlos Thadeu de Freitas, do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais. Para ele, o Brasil apresenta taxa de produtividade que permitiria um crescimento anual de até 7%, mas o problema das dívidas interna e externa é uma séria restrição.

O economista-chefe do BBV Banco, Octávio de Barros, discorda: “Há muitas atividades que entram no cálculo do PIB do setor público e são fortemente influenciadas pelo crescimento populacional.” Barros avalia que crescer 4,5% hoje, na economia aberta, “tem muito mais relevância do que na década de 70”, com o mercado fechado. (Paulo Cabral, Jacqueline Farid e Murilo Fiuza de Melo)



Esse crescimento aconteceu a despeito de uma conjuntura desfavorável, com a queda forte na cotação das commodities, a crise do petróleo e as dificuldades por que passou a Argentina

Estou certo de que as vozes que ainda se erguem contra a Lei Fiscal terminarão por reconhecer seu mérito

Os eleitores sabem que a dívida pública controlada significa menos pressão sobre os juros e mais investimentos e empregos

Fernando Henrique Cardoso